

ARTIGO

**MALHA DE SABERES:
MEMÓRIA, NARRATIVA E HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO E
NA TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO**

JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS FERNANDES

Doutor em Letras
COLINS/Universidade Federal do Pará
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9946-4961>

DANIEL DOS SANTOS FERNANDES

Doutor em Ciências Sociais/Antropologia
COLINS/Universidade Federal do Pará
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8450-8060>

JOSÉ MATHEUS BARATA SILVA

Mestre em Estudos Antrópicos
Secretaria de Estado de Educação (PA)
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7881-400X>

ONILSON CARVALHO DO NASCIMENTO

Mestre em Estudos Antrópicos
Secretaria Municipal de Educação (Melgaço, PA)
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7338-3338>

RESUMO: Este estudo, de caráter conceitual e aplicado, propõe-se a apresentar e discutir acerca da validade do instrumento metodológico intitulado Malha de Saberes, que tem por objetivo sistematizar saberes orais e/ou escritos, em diálogo interdisciplinar e intercultural. Para tanto, utilizou-se os conceitos de memória individual e coletiva, subalterna e nacional, para dar cabo da necessidade de inclusão de narrativas como versões acerca de um mesmo evento, considerando-se os diferentes discursos que lembram o passado. A narrativa e as performances da narração são o objeto por natureza da memória, por isso são formas de ocorrência dos saberes e testemunhos das histórias orais de vida, responsáveis pela transmissão do conhecimento em comunidades tradicionais. Por fim, propõe-se, como modo de instaurar o diálogo de saberes impressos nas diferentes memórias, o instrumento Malha de Saberes, com a finalidade de justapor e apresentar as características e interações entre os suportes orais e escritos da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Narrativa; Oralidade; Malha de Saberes.

MALHA DE SABERES:

MEMORY, NARRATIVE AND ORAL HISTORY ON PRODUCTION AND TRANSMISSION OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: This conceptual and applied study proposes to present and discuss the validity of the methodological instrument entitled *Malha de Saberes*, which aims to systematize oral and/or written knowledge, in an interdisciplinary and intercultural dialogue. Therefore, the concepts of individual and collective memory, subordinate and national, were used to address the need to include narratives as versions of the same event, considering the different discourses that recall the past. The narrative and the performances of the narration are the object of memory by nature, and that is why they are forms of occurrence of knowledge and testimonies of oral life histories, responsible for the transmission of knowledge in traditional communities. Finally, as a way to establish the dialogue of knowledge printed in different memories, the Malha de Saberes instrument is proposed, with the purpose of juxtaposing and presenting the characteristics and interactions between the oral and written supports of memory.

KEYWORDS: Memory; Narrative; Orality; Malha de Saberes.

Recebido em: 27/06/2021

Aprovado em: 08/11/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p284-308>

Después de estas experiencias, llegar a la cárcel era el “final feliz” de la espantosa secuencia. Era entrar en la legalidad y por lo tanto significaba la espantosa posibilidad de sobrevivir (...). Pero llegar a la cárcel también significaba separarse de la familia, los hijos, los maridos, los padres, hermanos, compañeros de militancia o de trabajo, de amigos y de vecinos. Separarse de los afectos, del entorno social, de todo lo que era nuestra vida (Relato de “Kati” Catalina Palma. In: BEGUÁN, 2012, p.37).

A narrativa acima consta do livro, de relatos coletivos, intitulado *Nosotras, presas políticas* (2012), que narra em cartas e relatos orais a experiência de mulheres, enquanto presas políticas, durante a ditadura cívico-militar¹ na Argentina (1976-1983). Assim como as demais ditaduras militares na América Latina, quiçá pelo mundo afora, os torturadores do terrorismo de estado evitaram, mormente, deixar rastros de suas ignóbeis ações, uma vez que seria gritantemente vexatório, para não dizer criminoso, dado que constitucionalmente as forças militares de um país têm a função de proteger seus cidadãos, e não exterminá-los pela tortura e morte, como assim ocorreu em diversas ditaduras latino-americanas dos anos 1960-80. Por isso, quase sempre os/as presos/as políticos/as, além de torturados/as e quase levados/as à loucura, com a perda de razão civil, eram mortos/as e muitos/as tornaram-se desaparecidos/as: não deveria haver testemunhas e nem testemunhos de grave crime de lesa humanidade, posto que a Lei 23.554/1998, de Defesa da Nação Argentina, preceitua, em seu Art. 2º, que as ações das forças armadas devem se direcionar ao enfrentamento de agressões externas, e não contra seus cidadãos no legítimo direito de manifestação e ação políticas.

Tivemos a oportunidade de conhecer, em Buenos Aires, anos depois, em 2014, um dos espaços tidos como centro de tortura, a afamada *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA). Nos porões e sótãos do cassino de oficiais da ESMA situou-se um centro de triagem e de acolhimento de presos e presas políticos/as, onde se localizava todo um aparato para

¹ Referimo-nos à ditadura cívico-militar na Argentina ao período de março de 1976 a dezembro de 1983 quando os militares assumiram o poder estatal e implantaram um regime ditatorial de terrorismo de Estado com o apoio de civis. Os militares contaram com setores da sociedade civil no planejamento e organização de ações de repressão aos opositores, com o desaparecimento de centenas de pessoas e a instalação de um plano econômico neoliberal. Os civis que participaram desse genocídio foram notadamente dos setores eclesiásticos, empresariais, dos meios de comunicação, políticos e funcionários judiciais, que atuaram direta ou indiretamente das ações de sequestro, tortura e morte, sendo cúmplices e também responsáveis pelo extermínio, juntamente com os militares.

aprisionamento, tortura e tecnologias repressivas, como banheiros e sanitários, celas, enfermaria, refeitório, laboratório de fotografia e falsificação de documentos, salas de tortura. Neste espaço houve a circulação em torno de 7 mil presos/as políticos/as, que ficavam nas mãos de militares através de grupos de tarefas, que desenvolviam ações operativas (nas ruas), logísticas (em oficinas e prédios) e de planejamento (ações de prisões e torturas), tendo pessoal efetivo e rotativo. Adentrar nestes espaços da ESMA, além de ser uma volta ao passado tenebroso do terrorismo de Estado, é sentir um clima macabro, com paredes descascadas e tetos com cimento visível, além de forte umidade nos ambientes, totalmente inóspitos.

No entanto, por ocasião de uma visita de delegados de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), designados para averiguar as “possíveis” torturas, em 1979, os/as presos/as foram trasladados/as para outras prisões e o espaço foi totalmente descaracterizado. Então, como provar para a sociedade civil e para o mundo que houve torturas e mortes na ESMA? Sem documentos e monumentos históricos, somente a memória, e seu relato, seria a porta-voz de tantos sofrimentos humanos e desmandos de Estado, que levaram as presas políticas, em nosso exemplo, a considerarem o retorno à cela como algo bom, em vista das intermináveis sessões nos espaços de tortura. Neste caso, a percepção das vítimas foi determinante, posto que a memória é sensitiva; daí que a localização do cassino dos oficiais na *Escuela* foi possível não apenas pelas visualizações do espaço feitas pelas presas, quando eram conduzidas pelos corredores, celas e salas de tortura, mas também pela sonoridade de crianças que brincavam rotineiramente em escola primária no entorno da ESMA.

Esta guinada dos historiadores para uma história mais dos sujeitos e menos das instituições, desvelando os recônditos dos desmandos das instituições estatais, a exemplo da Argentina, foi um ganho exponencial na consideração de que a memória não seria uma mera ilusão dos indivíduos, mas deveria compor, juntamente com a história “oficial”, o que um país, verdadeiramente uma nação em sua diversidade, tem de passado como luz para seu presente e futuro. A ensaísta argentina e historiadora Beatriz Sarlo (2007), ao tratar da cultura da memória, lembra que esta quebrou com a

legitimidade das instituições escolares e alçou novas perspectivas e novos sujeitos às “histórias nacionais”, concluindo que:

Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo (**memorialista**, grifo do autor). São versões que se sustentam na esfera pública porque respondem plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem sentido, e por isso podem oferecer consolo e sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas (pp.14-15)

Ao considerarmos a memória, assim como a autora, como uma possibilidade de versões acerca do passado, inevitavelmente a vinculamos ao texto narrativo, visto que a memória só tem sentido pela transmissão das experiências do sujeito a outrem, experiências estas que mesmo da ordem do indivíduo alcançam uma importância social: narrar é um ato solidário, em que necessitamos de interlocução, mesmo que virtual, mas em geral *in praesentia*, pela narração oral. Em particular em testemunhos, como os das presas políticas, impedidas de escrever mais extensamente suas lembranças em tempo real, pelas condições repressivas de seus cárceres, boa parte do retido mnemonicamente, na ausência do acontecimento e do objeto, transfigurou-se pelos sentidos, eivados de esquecimentos e silenciamentos, e que vêm à tona pela escuta que se propõe, anos mais tarde, a construir uma representação do passado sem ser veritativa, mas verossímil, assim como a narrativa literária.

Acreditamos que o consórcio entre memória, narrativa e história oral poderá viabilizar uma saída ao impasse do que aconteceu e do como aconteceu quanto aos diversos eventos da história humana, particularmente em grupos e comunidades postas à margem da história “oficial” e dos rumos de uma nação. Esta é a contribuição de nosso estudo, que considera a hipótese de que tanto em condições de repressão política quanto em condições de impossibilidade da participação cidadã de grupos marginalizados e invisibilizados, pela sociedade nacional hegemônica – tais como populações migrantes e povos e comunidades tradicionais e autóctones – , há o silenciamento de vozes e atos que só pode ser revertido

pela prática científica que busque o diferente e o diverso, no que, em nosso caso, a história oral se planta como uma solução metodológica, além de amplificar os acervos e a documentação de arquivos. Daí nossos objetivos serem: a) apresentar nossa compreensão de memória, narrativa e história oral de modo interativo; b) propor metodologia para a inclusão de saberes diversos na pesquisa acadêmica; e c) apresentar instrumento metodológico que favoreça a transmissão do conhecimento como um diálogo de saberes e de “memórias”.

Memória, Narrativa e História Oral como transmissão de saberes

Nesta seção vamos apresentar os conceitos-chave implicados na transmissão da memória, conseqüentemente no repasse de saberes entre gerações e indivíduos, em nosso caso. Compreendo, aqui, a memória como “a faculdade de reter ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente ao momento presente da rememoração, considerando-se a experiência individual, mesmo que ocorra a partir de um fato acentuadamente coletivo” (FERNANDES, 2011, p.39).

Mas essa rememoração não acontece ao acaso, visto que a memória tem um caráter objetual, pois vem à luz através de lembranças (RICOEUR, 2007), como *insights* muitas vezes desencadeados pelos sentidos, em imagens, cheiros, gostos, sons. Mas a lembrança não pode ser entendida como hábito, porque este não pressupõe uma aquisição antiga localizada na anterioridade: o hábito faz-se presente a cada execução de uma ação incorporada ao *modus vivendi* dos sujeitos. As lembranças, na memória, fazem parte da recordação (do latim *re-cordis*, de volta ao coração) como uma associação entre objetos que provoca o *reminding* (idem) que é um *aide-mémoire* como índices de rememoração, sejam exultantes ou depressivas. Os objetos de memória encontram-se, via de regra, em duas instâncias, na memória corporal (dos sentidos) e na memória dos lugares (dos cenários): na associação dos sentidos com os espaços se dá o reconhecimento de que “o corpo constitui (...) o lugar primordial, o aqui em relação ao qual todos os outros lugares são o lá” (Ibidem, p.59).

O corpo, enquanto memória, interessa particularmente à História, visto que o corpo é um arquivo cognitivo, mas também, em suas imagens do passado, traz muito dos sistemas de poder e das expectativas dos sujeitos representados, como bem destaca Vigarello. Ainda destaca este autor que “o corpo revela e esconde, ele exprime e age e, quando ele exprime, não significa, forçosamente, que ele age” (2000, p.230), o que a nosso ver torna a memória, enquanto dito e discurso, inexoravelmente atrelada ao corpo que diz, em seus gestos, em suas expressões faciais, no uso cênico do espaço do dizer, fazendo-nos crer que o corpo é objeto múltiplo, direcionado a múltiplos conhecimentos, sendo por isso inabarcável por uma única disciplina, daí que “desde que se saiba que ele não é um objeto homogêneo, é importante estudá-lo pois, em muitos casos, é por meio dele que nós revelamos como o mundo é construído” (Ibidem, p.229).

Outra importância da memória se refere à capacidade de reter informações quanto ao processo de aprendizagem. Para este fim, a memória precisa ser ordenação, de tal modo que a partir de um evento do passado se passe ao evento sucessivo; não sem antes ser tocada pelo sensitivo, uma vez que o conhecimento humano está mais infenso aos *sensibilia*: a memória está também vinculada ao corpo (LE GOFF, 1996), como já visto. Enquanto organização do conhecimento na Antiguidade, a memória, como recordação, era uma das operações retóricas, juntamente com a *inventio* (o que dizer), a *dispositio* (ordenação), *elocutio* (ornamento) e *actio* (explanação) (Ibidem). Estes elementos reiteram o caráter narrativo da memória e sua capacidade de construir versões. Em especial, deve-se atentar para

o fato de que na memória dos excluídos é o texto narrativo que possibilita a construção de sentidos de suas existências e o coloca (o excluído) como ser histórico, tanto por ser o autor do texto, enquanto pessoa do discurso, como, em muitas vezes, ser o protagonista, ou pelo menos o adjuvante a este, por estar relatando uma história do qual foi partícipe (FERNANDES, 2011, p.44).

Sarlo (2007) nos recorda de que a narração implica no envolvimento do corpo e da voz com a cena do passado, em que testemunhar é ancorar a experiência e transformá-la em algo comunicável que se constitui fielmente ao fato vivido, mas na possibilidade de dizê-lo no presente, com

verossimilhança: “a narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar” (p.25). Isto implica na compreensão de que a memória, sendo constituída pela narração/narrativa, é figuração de possibilidades, de versões do passado. Não que isso comprometa a representação do ocorrido, mas antes é um discurso, ou seja, efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2003), considerando-se para tanto as condições de produção dos discursos relativas aos sujeitos, à situação de ocorrência e à memória. Por essa aproximação entre discurso e memória, tal como a análise do discurso (AD) propõe, deve-se ter em conta que o contexto imediato de enunciação e o contexto sócio-histórico e ideológico são importantes para desvendarmos o que se põe por trás das escolhas do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

Aceitando-se que o passado tem sua existência em sintonia com as versões do presente, com os discursos, com as diferentes narrações, certamente haverá uma relativização entre história dos historiadores e “estória” dos relatos individuais, evitando-se um desnecessário argumento de que a primeira traz mais evidências que a segunda:

La atención excesiva que prestan los epistemólogos a la diferencia que existe entre la historia y la ficción motiva que no sean capaces de reconocer la verdad que encierra ese aserto. Esta atención exclusiva les ha llevado a hacer hincapié en el problema de la “evidencia” en la historia (en el sentido inglés del término “evidencia”, que quiere decir prueba material o documental), en la determinación de lugares espaciotemporales, en apoyo que suponen los documentos, los monumentos y los archivos, y, por tanto, en la separación que existe entre la crónica tradicional y la historia científica (RICOEUR, 1999, p. 93).

E finaliza o autor que a oposição desnecessária entre ficção e história impede reconhecer o vínculo que há entre os relatos (*story*) e a história científica (*history*). Mas como aproximá-las e reconhecer que a ficção, enquanto versão e modelo, pode interagir com o que produzem os historiadores? Penso que o caminho natural seja a história oral, que concilia as duas pontas e as vê não como excludentes, mas complementares: o documento, o monumento e o sentimento, este unicamente acessível pela narração oral das pessoas ditas “comuns”. Paul Thompson (1992) complementa:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (...). Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e confiança (p. 44).

Isto significa que a opção pela história oral é um opção pelo desvelamento do “não-dito”, em estreito vínculo com o que assevera a análise do discurso, quando atesta que este conceito é referente tanto ao pressuposto – o que está ausente nas palavras mas presente na construção de sentidos, sendo subentendido – quanto ao silenciamento –silêncio constitutivo da escolhas das palavras, mas também da censura ao que não se deve pronunciar. E em nações que tiveram ou têm a experiência da censura e do silenciamento, seja por razões políticas contemporâneas ou pela herança etnocêntrica dos processos colonizadores, a opção pela história oral e suas implicações, como a busca da memória dos indivíduos e o reconhecimento das falas dos subalternizados, é a garantia mínima de uma equidade dos cidadãos. Mas não se pode querer usar os relatos orais como uma mera fonte histórica documental, há de se levar em conta as camadas da memória individual e a pluralidade de versões do passado:

Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas distorções da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso (THOMSON, 1997, p.62).

O exercício para encontrar as versões, os indivíduos e seus silenciamentos, passa necessariamente pela constituição e formalização das memórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, o que vem a ser o privilégio da história oral como prática de desvelamento de memórias subterrâneas em complementação à memória nacional (POLLAK, 1989). Por isso, trabalhar com a história oral requer entender que as memórias estão frequentemente em disputa, ao contrário da opção de alguns historiadores em estudar as continuidades e estabilidades dos momentos históricos.

Também deve-se asseverar que essa disputa não é unicamente pelas versões que cabem ao que seja oficial ou extra-oficial para a história de uma nação, mas é reflexo direto de aceitar-se que o documento não é unicamente o escrito, visto que a escrita destaca unicamente os discursos do poder, quase de forma autoritária, pois tudo o que não se ajusta ao suporte gráfico peremptoriamente é excluído: este procedimento não se dá apenas em querer-se distinguir o verdadeiro ou o falso, mas também pela segregação do que é considerado como o discurso do louco (FOUCAULT, 1996), ou seja, aquele que “inventa histórias” narrando-as em sua própria voz, através de sua própria oralidade.

A oralidade é a capacidade dos indivíduos de produzirem seus discursos de maneira a ter unicamente o corpo como produtor e representação de si próprios, daí que indubitavelmente é o suporte (voz e corpo) mais natural da linguagem humana, e por isso veículo autêntico da experiência dos sujeitos, em que a narração é a forma por excelência: “Quando a narração se separa do corpo a experiência se separa de seu sentido” (SARLO, 2007, p. 27). Por isso que propor uma pesquisa acadêmica que se destine à inclusão de saberes requer que o procedimento inicie pela busca das versões e discursos dos sujeitos excluídos do saber oficial acadêmico, pautado na ciência tradicional das escolas e centros de pesquisa. Em seguida, é necessário compreender-se como esse saber não-acadêmico se processa, mediante a oralidade e as narrativas. Por fim, estabelecer-se homologias entre os saberes (ou memórias?) em contato e em disputa, propondo-se um instrumento que dê conta da complexidade de cada saber e das lógicas de cada um e possíveis traduções (inter) culturais. É o que veremos no tópico seguinte.

Experiências acadêmicas em diálogo

Nossa experiência, que originou a proposição a ser detalhada mais adiante, iniciou-se no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada na região Norte do Brasil. A partir do ano de 2017, orientou-se série de

dissertações de mestrado² que versaram sobre o diálogo entre conhecimentos científicos e os saberes de comunidades tradicionais³ do litoral amazônico, no Brasil, notadamente na microrregião do Salgado, no Estado do Pará. O PPGEEA, por seu enfoque interdisciplinar, direciona sua área de concentração em pesquisa para a investigação e o estudo de realidades e modelos culturais e científicos em contato, propondo-se projetos e/ou ações relativas à compreensão da antropização, em seu desdobramento na sociobiodiversidade e na interação de saberes. A partir desta proposição, realizamos análise de discursos, de práticas e de produtos gerados por ações humanas vegetativas ou volitivas (de sobrevivência e/ou de empreendimento nos espaços), e dada a complexidade desta relação necessitamos de abordagem interdisciplinar – humanidades e ciências sociais, tecnologias e linguagens, saúde e biológicas – para dar conta de tais processos, em particular para organizarmos e sistematizarmos os saberes e os conhecimentos tradicionais e contemporâneos acerca da relação humano-meio e humano-humano.

Resultante desse processo, originou-se em 2018 o COLINS – Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (<https://colinsufpa.wixsite.com>), grupo de estudos, pesquisas e ações colaborativas sediado no PPGEEA e atuante na região do estuário do rio

² OLIVEIRA, Adna Maely dos Santos. (2019). Entre as malhas das redes da pesca artesanal: tecituras de narrativas, saberes e experiências. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará. Castanhal (PA), Brasil; SILVA, José Matheus Barata. (2020). Gente do estuário: mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA). Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará. Castanhal (PA), Brasil; NASCIMENTO, Onilson Carvalho do. (2020). Pedagogia do mangue: Proposta de inclusão de saberes e fazeres dos pescadores artesanais na prática escolar de São Caetano de Odivelas/PA. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará. Castanhal (PA), Brasil.

³ Compreendemos a distinção entre conhecimento e saber da seguinte maneira: “os conceitos de saber e de conhecimento implicam visões e práticas distintas na relação sujeito e objeto de apreensão. É notável que a palavra “conhecimento” implica em distanciamento maior entre sujeito e objeto, relação esta que também não considera, mais precisamente, o contexto de uso e habilidade específica de aplicação do saber/conhecimento. “Saber”, de outro modo, exige maior participação do sujeito na apreensão do objeto, daí envolver propriamente o corpo e seus sentidos: sabor, paladar, cheiro, gosto. Conhecimento está mais ligado à capacidade de cognição (pensamento e reflexão abstrata), enquanto o saber envolve, além desta capacidade, o afeto e a volição: em particular, esta capacidade implica em escolher e decidir, em conduta “consciente”, por certa orientação e prática (ou pragmatismo?). Evidentemente ao se tratar de “escolha consciente” queremos atentar não para uma “consciência positivista” (estritamente cognoscente), mas sim escolha por aquilo que se considera senso comum em dada realidade, ou comunidade” (FERNANDES & FERNANDES, 2015, p.133-134).

Amazonas, em área geográfica de alcance dos efeitos de marés, incluindo todos os ecossistemas que são atinentes a esse espaço. Este recorte espacial não nos impede, entretanto, de realizar estudos e pesquisas em outras áreas do bioma amazônico, quiçá no mundo. Em um laboratório científico, enquanto espaço com instalações, equipamentos e produtos a serem manipulados, o que importa é o controle de exames e experiências verificáveis relativas à *constância*, à *predominância* e à *relevância* dos fenômenos naturais e sociais estudados. Mas no caso de um colaboratório, para além de dados verificáveis, o acento recai nos fenômenos e experiências de caráter *sócio-interativo*, quando há a presença de *práticas e valores em contato* (interculturalidades), oriundos de grupos culturais diferentes e em disputa pela hegemonia, gerando saberes por vezes excludentes, por vezes complementares, acerca do *ambiente* e das *relações sociais*, refletidos em *patrimônio material e imaterial* de afirmação identitária. Em nosso caso, o material prioritário serão as práticas e saberes culturais, objetivados em mitos e rituais, em instrumentos domésticos e de trabalho, em formas de organização social, que revelam as concepções de mundo e possibilidades de tradução cultural, ou mesmo de ampliação do escopo de culturas em contato. Portanto, em um colaboratório agem atores com práticas distintas, mas na objetivação de construção de um saber *interdisciplinar, intercultural e intersemiótico*, com vistas a inovações sociais.

Pelo caráter intercultural, em especial, do Colaboratório necessitamos de metodologias que sejam inclusivas e colaborativas, daí que surgiu o método da Malha de Saberes como instrumento facilitador e propiciador do diálogo de saberes, em consideração às diferentes formas de produção e transmissão de conhecimentos. Assim, a história oral enquanto método é pertinente ao instrumento, posto que se configura como discurso dialógico, e mais, um gênero discursivo moldado por várias vozes e suporte narrativo e histórico, com o entrevistado tendo a autoridade e a consciência de narrador, em que o conhecimento inicia-se na oralidade deste e conclui-se na escritura do historiador (PORTELLI, 2001): há a prevalência da forma narrativa, no limiar entre biografia e história, entre experiência individual e as transformações da sociedade.

O aspecto interdisciplinar faz-se necessário, posto que a Malha de Saberes é por natureza um instrumento de configuração da antropização e esta é condição humana de promoção da cultura, enquanto sedentarização dos grupos sociais: a sedentarização da existência humana gera o acúmulo e transmissão de conhecimentos e tradição de povos locais, construindo-se, com isso, a necessidade de linguagem, esta como símbolos armazenadores de conhecimentos (disciplinas) necessários ao registro de saberes e a sua transmissão imediata e/ou intergeracional. Ter um saber para além da disciplinarização é necessidade da sobrevivência de povos que se antropizam, e que ao ocuparem e usarem determinado espaço criam normas de controle e constroem sistemas simbólicos de identificação de quem pode ou não pode usar o território, e de que modo pode-se ter acesso a este, em sentido hierarquizado, pois que compreender a instalação de comunidades e sociedades requer a mobilização de conceitos e métodos pertencentes a diversas áreas do conhecimento.

A Malha de Saberes é uma tecnologia social, elaborada pelo COLINS, que imiscui no discurso científico o saber da tradição oral, em perspectiva de diálogo e inclusão de saberes. O nome do instrumento metodológico advém da metáfora com o instrumento por natureza dos pescadores artesanais do litoral amazônico, sendo uma justa homenagem à construção de saberes de modo artesanal, feito com as “mãos”, as vozes e os corpos, assim como se dá o trabalho de tecer as redes de pesca, as malhas ou malhadeiras para fregar o pescado. Está estruturado em uma linha inicial – Tema –, mais quatro colunas – Dados do/a Narrador/a, Fragmentos da Narrativa, Conceitos e Referências –, podendo apresentar ainda uma linha final em que será posta a imagem. As características de cada item são as seguintes:

1) TEMA: é o recorte do assunto destacado para ser tratado em comparação com o conhecimento científico. Em princípio aleatória, a escolha do recorte temático está baseada na organização discursiva e, conseqüentemente, epistemológica subjacente à narrativa oriunda entrevista. Quem determina os diversos temas implícitos na narrativa do usuário do saber tradicional é o pesquisador, mas considerando-se irrestritamente o que foi abordado pelo narrador;

2) NARRADOR: é o protagonista da voz narrativa, isto é, do saber da tradição oral, no caso os pescadores entrevistados. A escolha do narrador se dá segundo o reconhecimento, por seus pares, de ser ele o portador mais fidedigno da saber coletivo perquirido, com experiência na prática e/ou manifestação da cultura local, e com destreza oratória para ser o porta-voz da comunidade;

3) FRAGMENTOS DA NARRATIVA: recortes da narrativa (lexias) em que fica patente o exemplo do tema abordado, em que há a explicitação da opinião e/ou do foco narrativo de quem participou, direta ou indiretamente, da experiência relatada como ilustração ao assunto retratado, demonstrando o protagonismo do narrador quanto à ação, referendando sua autoridade e legitimidade;

4) CITAÇÕES CIENTÍFICAS: citações quanto ao conhecimento científico relacionado ao tema tratado, e que corrobora a narrativa (fragmentos) apresentada. O saber tradicional disposto pelo narrador é “traduzido” pelo comparativismo ao saber científico, constituindo-se em processo de etnotradução, em que há a ampliação da informação primeira, do narrador, mediante referências a conceitos e teorias de base acadêmica;

5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: indicação de outras fontes possíveis de consulta, com a finalidade de alargamento e diálogo dos saberes apresentados, mediante fontes bibliográficas, imagéticas, audiovisuais e afins.

Uma atenção especial deve ser dada à utilização de imagens na Malha, pois as figuras, nas malhas de saberes, não representam meramente ilustrações dos temas abordados, mas configuram-se como uma etnofotografia onde,

A sintaxe, inclusive, é um procedimento na seleção discursiva do autor-etnógrafo na construção do texto verbo-imagético. Daí que para se compreender a etnofotografia como uma “narrativa etnofotográfica” devemos entender a lógica de uma estrutura narrativa. (FERNANDES & FERNANDES, 2019, p.85)

As imagens devem estar sintonizadas com as narrativas orais, participando ativamente do ambiente da pesquisa, sendo partes das escrituras científicas que dialogam com os fatos vividos, narrados e escritos. Fernandes & Fernandes (2019) afirmam que:

Este caminhar do uso da fotografia se faz até hoje a partir da tensão causada pela possibilidade desta integrar a escritura acadêmica, não mais como mero instrumento ou ilustração, mas como outra escritura, não excludente, mas em diálogo com a escrita, e que consiga visibilizar de que forma as subjetividades são objetivadas (p.74).

Sempre que possível, além de registrar fotograficamente a entrevista, deve-se fazer o registro audiovisual (vídeo), apresentando-se a fotografia logo após a disposição da Malha, ou vinculando o *link* (enlace) de disponibilidade das imagens *on line* na coluna de Referências, na Malha de Saberes. Sem necessariamente apresentar legendas, as imagens devem ser parte do texto como a sugerir uma compreensão sensitiva, realçando a memória do evento de forma pictórica, em ordenação próxima ao narrado (*dispositio*) e como acréscimo à narração (*elocutio*), portando-se como conjunto narrativo (*actio*). Observemos a imagem abaixo: a que nos reporta (*inventio*)? O que sentem e dizem estes homens do mar? A que observam? A legenda, se posta, minimizaria as dúvidas, talvez, mas aprisionaria a compreensão leitora e a poética da imagem, separando corpo/sentidos e experiência.

Figura 1



Fonte: Os Autores

Como um instrumento qualitativo, a Malha de Saberes requer, inicialmente, que sejam feitas entrevistas orais, pautadas na história oral de vida dos narradores. No entanto, é bem possível que, antecedendo à

narração, seja realizada pesquisa de viés mais quantitativo, com a aplicação de questionários que possam delinear o perfil recorrente do público a ser pesquisado, conforme a finalidade de cada projeto que poderá utilizar esse instrumento. Tomemos como exemplo questionários aplicados e entrevistas realizadas com comunidades de pescadores artesanais do litoral estuarino amazônico, a partir das pesquisas de mestrado já indicadas mais acima, na nota de rodapé nº 1.

Nestas pesquisas para dissertações de mestrado, desde os formulários tabulamos dados estatísticos oriundos das quatro questões objetivas de múltiplas escolhas, acrescidas de outras cinco questões mais abertas, deixando-se o entrevistado à vontade para falar, enquanto o entrevistador anotava as falas postas, simultaneamente. A abordagem destas perguntas foi realizada em forma de diálogo com os sujeitos da pesquisa, não sem antes explicar-lhes o objetivo e os procedimentos da pesquisa. Foi benéfico iniciar-se por perguntas mais “objetivas”, deixando os narradores ambientados com o real propósito da pesquisa. Foi necessário, constantemente, ressaltar junto aos sujeitos que as perguntas buscavam contemplar, de forma colaborativa, a valorização do saber do pescador artesanal, e que este estudo possibilitaria novas perspectivas para a pesca artesanal, na microrregião do Salgado, no litoral amazônico. As perguntas mais “abertas”, ou discursivas, foram bastante produtivas, pois foi o momento da enunciação “própria” dos pescadores, trazendo suas percepções e análises das práticas em que são autênticos protagonistas.

Com o perfil detectado, a partir dos dados tabulados dos questionários, partiu-se para a etapa das entrevistas orais, agora com alguns poucos narradores da comunidade, que se enquadrassem no perfil recorrente do pescador artesanal e que fossem os/as representantes mais indicados/as como porta-vozes pelos/as respondentes do questionário: neste caso, os/as próprios/as entrevistados/as indicaram aqueles/as que fossem mais reconhecidos pelo grupo como mestres e mestras portadores ancestrais do saber da pesca artesanal. Evidentemente, que os/as apontados/as deveriam concordar em participar da entrevista⁴, sendo

⁴ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido comportou o seguinte texto: “Você está convidado/a a participar da pesquisa _____, que tem por objetivo(s) _____. O motivo que nos leva a estudar este fenômeno é a falta de informações sobre a pesca artesanal e a

primordial que detivessem vasto saber da pesca e que tivessem destreza e desenvoltura no ato de narrar, sem envergonhar-se diante dos pesquisadores/as ou dos instrumentos de gravação.

Após as gravações, procedeu-se às transcrições. Nesta fase é importante destacar que o COLINS utiliza modelo próprio, que se ajusta à seguinte condição:

em relação ao oral, como maneira de dar igual importância à origem do oral ou do escrito. As vozes do narrador/entrevistado e do pesquisador/entrevistador devem ser marcadas distintamente no texto (...). No caso da transcrição da narrativa do entrevistado alterou-se a fonte para Lucida Handwriting, pois outro destaque deve ser dado ao texto de gênese oral, ou seja, procurou-se ressaltar a procedência diversa dos discursos presentes — cultura escrita e cultura oral — para chamar atenção que estamos face a um saber da ciência e outro da experiência. A opção por esta fonte no discurso oral é em decorrência dela simular, por seu caráter mais cursivo, o manuscrito, que em meu entender está mais próximo do corpo, como a voz, sem intermediação de instrumentos mais mecânicos (FERNANDES, 2011, p.7).

Ainda nesta linha de consideração, e referente ao uso de narrações orais no decorrer de um texto científico, entendemos que deve ser dado destaque com o realce distinto de textos de gênese oral ou escrita, ressaltando que a disposição do texto transcrito não deve ser a mesma de um texto citado a partir de uma fonte escrita, com recuo das margens do papel. O espaçamento na página conferido a um ou outro discurso deve ser o mesmo, isto é, tal qual o texto do pesquisador o texto do narrador oral merece ocupar todo o espaço da página, como se fosse também o texto de quem constrói solidariamente o texto científico (FERNANDES, 2005). Também, deve-se atentar que, não obstante a transcrição ser na língua

necessidade de registrarmos os saberes dos usuários dos territórios de Pesca nesta região. Para esta pesquisa utilizaremos formulário com perguntas objetivas e subjetivas. O motivo deste convite é que você se enquadra no perfil, pois é trabalhador/a do ramo. Você será esclarecido/a sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar, retirando seu consentimento ou interrompendo sua participação a qualquer momento. Para participar desta pesquisa, Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O pesquisador irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo e privacidade, sendo que seu nome ou material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. Os resultados desta pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Ao responder às questões do formuladas pelo pesquisador/a Você estará concordando com sua participação, declarando ter sido ESCLARECIDO dos objetivos e ACEITADO LIVREMENTE o uso de suas respostas para finalidades acadêmicas-científicas". Este é um texto padrão do TCLE, sendo possível adaptar-se conforme a finalidade da pesquisa e o contexto da realidade pesquisada. É bem possível que em entrevistas gravadas em áudio e/ou vídeo a concordância deva ser oral, com resposta afirmativa do/a entrevistado/a, após leitura deste texto padrão.

padrão, a pronúncia do narrador deve ser considerada na transcrição, com sua construção morfossintática (concordância, número, gênero, pessoa), prosódia (padrões de entonação) e vocabulário (de uso geral e de uso local). É certo que a necessidade de transcrição, imposta pela tradição científica para o estudo do texto narrativo oral, por si só é uma contradição em função de que a epistemologia universitária credita maior factualidade ao escrito, mas nem por isso devemos proceder à “higienização” do texto de gênese oral, seja por uma intromissão gramatical ou mesmo ideológica.

Por uma malha de saberes

Neste tópico de Resultados e Discussões, apresentaremos primeiramente a sistematização da Malha de Saberes, utilizando-nos do exemplo das pesquisas realizadas para as dissertações de mestrado citadas. Assim poderemos dispô-la:

TEMA: A Transmissão de Conhecimentos da Pesca Artesanal no litoral da Amazônia

NARRADOR	FRAGMENTOS NARRATIVOS	CITAÇÕES CIENTÍFICAS	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Elio Fernandes, 61 anos; pescador artesanal do município da Vigia, Estado do Pará, Amazônia, Brasil	<i>Meu filho, pra gente saber pescar, a gente precisa observar como os outros faz. Eu passei muitos anos pescando com meu avó, por parte de pai, desde molequinho! Ele me levava pra pescar lá na boca (de Vigia). Lá fora a gente não tinha nada do que usam hoje, a gente sabe quando a maré enchia e vazava porque a gente observava pra onde ela corria, se era mais porá terra ou pra fora.</i>	“A pesca artesanal requer todo um arsenal acumulado sobre o espaço marítimo, construído pelo saber, experiência e intuição” (p. 37).	CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (1987). <i>Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa</i> . Dissertação de mestrado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Brasil.

Figura 2



FONTE: Os Autores

O que se destaca neste modelo de diálogo de saberes é que olhar e ver para o pescador artesanal experiente tem diferenças, pois simplesmente olhar a natureza, sem senti-la, incorporá-la e tornar-se parte dela, sem uma visão profunda do que existe imerso na sua biodiversidade, não é um processo de aprendizado, o que só é alcançado com uma visão privilegiada e dominante do espaço. Para isso, é necessário um profundo aprendizado dos saberes locais que perpassa pelos fatores interculturais, os quais, para Fernandes (2016), “estão pautados em diferentes formas de pensar, mas que podem ter pontos de contato, dada a natureza unitária das necessidades biofisiológicas humanas, mas que originam diversas soluções culturais, dado o caráter amplo e multifacetado das ações humanas na natureza, pelo viés da adaptabilidade das culturas” (p.57), esse pensamento explica de forma racional a habilidade de Seu Elio de observador, tanto do espaço (a Boca da Vigia) quanto das ações de quem lhe ensinou (seu avó).

O discurso que narra o aprendizado vem marcado pela interlocução, havendo a presença de dêiticos (pronome pessoal e possessivo), que modalizam o narrador/entrevistado em relação à sua proximidade com o objeto sobre o qual fala, no caso seu avó, até com laivo de posse – “meu” avó. Diferentemente, a construção do texto científico é marcada pelo

distanciamento do enunciador quanto ao objeto sobre o qual fala; no exemplo da Malha de Saberes acima “a pesca artesanal” é o objeto, nem mesmo havendo referência aos seus sujeitos, tão somente a um conjunto de práticas sem “sujeitos”. Aqui reside uma diferença cabal entre a transmissão de conhecimentos dos saberes artesanais e dos conhecimentos científicos: aqueles são marcados pela memória, daí a interveniência do sujeito-narrador com seu objeto (seres, fatos, valores), de forma que o corpo seja o grande receptor; estes, são repassados pela cognição distante e mediada pelas “fórmulas” dos conceitos, em que o enunciador se distancia de qualquer marca de pessoalidade.

Outro dado importante é que o saber tradicional dos pescadores artesanais, aqui tratados, ocorre pela cultura oral primária, que apresenta uma série de tecnologias próprias de sua forma de verbalização. Para Walter Ong (2011), a cultura oral primária caracteriza-se por:

a) técnicas de memorização em fórmulas, com repetições, antíteses, aliterações, assonâncias, formas proverbiais, motes e refrãos que são uma constante na elaboração do discurso oral. Estas normas rítmicas estão aliadas ao corpo, implicando nos processos de respiração, gesticulação e simetria bilateral do corpo humano;

b) construção frástica, em orações mais coordenativas do que subordinativas, tendentes à parataxe. As construções frásticas são cumulativas antes que analíticas, ocorrendo em grupos frasais formulares, termos, locuções ou orações antitéticas, além do epítet;

c) sintaxe redundante e repetitiva, por vezes com excesso de verbosidade. A repetição tem uma finalidade de facilitar o processo de aprendizado, sendo que a originalidade da narrativa, e sua narração,

no radica en inventar historias nuevas, sino en lograr una reciprocidad particular con este público en este momento; en cada narración, el relato debe introducirse de manera singular en una situación única, pues en las culturas orales debe persuadirse, a menudo enérgicamente, a un público a responder (ONG, 2011, p. 48);

d) mundo referencial, tocante à experiência próxima, ao mundo cercano, originado pela observação e prática do narrador. Por ser via de regra um texto narrativo o responsável pela transmissão do conhecimento, o clímax embutido na narração decorre de matiz agonístico, que contrapõe o

narrador ao objeto narrado, dando-se ênfase ao antagonismo que classifica àquele de “herói”. De outro modo, esse clímax confere catarse à narrativa, gerando empatia e identificação comunitária entre narrador e narratários, principalmente porque o mundo retratado tem a ver com situações concretas do entorno dos sujeitos, antes que com abstrações da universalidade científica.

A habilidade atribuída à experiência do Seu Elio está vinculada, certamente, às características da cultura oral elencadas, em um saber herdado ao longo da sua convivência com a prática da pesca, sua relação com o meio ambiente e socialização com os demais sujeitos pescadores do seu raio de atuação. São as experiências contadas pelos pescadores mais velhos, que ainda guardam na memória uma vasta sabedoria até então não considerada pela prática da pesca moderna. Tais saberes tradicionais, neste processo de transmissão cotidiana, precisam ser valorizados e inclusos em uma discussão mais ampla na sociedade, iniciando-se pelos espaços escolares.

Ao justapormos os saberes oriundos de diferentes origens, em formato oral ou escrito, é possível compreendermos um saber existente no âmago da identidade cultural do pescador, experiente e sábio, que, por meio de diálogos e compartilhamento de saberes, pode ser transmitido para o outro, seja pela convivência ou por meio da prática do dia a dia, da vida nas praias, nos rios e nos manguezais do litoral amazônico. A experiência de um sábio pescador em seu ambiente de atuação tem muito a ver com a identidade do lugar, com a geografia, com o constante contato com aquele ambiente. Essas características estão inteiramente ligadas a sua cultura local, mesmo que ela seja composta de outras culturas em um processo dinâmico, sustentado por Fernandes (2016) quando afirma que “se existe a necessidade de se afirmar a identidade raiz, pautada em visão atávica da cultura de origem, existe também as culturas compósitas, oriundas de um processo contínuo” (p. 59).

Por fim, deve-se refletir que no jogo social da memória e da identidade, os atos de transmitir e de receber é um par lógico, que sem sua conexão a identidade cultural dos grupos está fadada ao declínio:

sem essa mobilização da memória que é a transmissão, já não há nem socialização nem educação, e, ao mesmo tempo, se admitimos, como

diz E. Leach, que cultura é 'uma tradição transmissível de comportamentos apreendidos', toda identidade cultural se torna impossível (CANDAUI, 2016, p. 105).

Entendemos que a transmissão é o desdobramento natural da memória, e por isso abre questionamentos que se destinam a indagar sobre o que devemos conservar, como e a por quem conservar, e ainda por que e como transmitir (CANDAUI, *ibidem*). Certamente são questões que fogem deste presente estudo, mas são necessárias no desdobramento para além da aplicação deste modelo de Malha de Saberes. Por ora, temos em evidência a necessidade de reconhecimento da transmissão de saberes em memórias subalternizadas, como as das presas políticas ou das comunidades de pescadores artesanais, nos dá a chance de iniciarmos um processo que, inevitavelmente, nos levará ao encontro satisfatório de breves certezas, mas muitos outros questionamentos, pois esta é a dinâmica dos saberes.

Conclusão

A contribuição de nosso estudo não implica em termos respostas a um problema pontual e histórico, mas antes vem ao encontro da necessidade de instrumentalizarmos pesquisas que poderão utilizar nosso método de diálogo de saberes como saída para o tensionamento de versões e atores envolvidos na produção de conhecimentos. Por isso, com a apresentação da Malha de Saberes acreditamos que nossa hipótese, de que tanto em condições de repressão política quanto em condições de invisibilização de comunidades tradicionais obscurecidas pela sociedade nacional hegemônica, o silenciamento intencional de vozes e atos pode ser revertido pela "prática científica que busque o diferente e o diverso", com a utilização metodológica dos estudos de memória, da história oral e dos estudos da narrativa.

Quanto aos nossos objetivos julgamos que, desde uma panorâmica dos conceitos e implicações da memória com a narrativa e a história oral, interativamente, concluímos que essa correlação é uma prática interdisciplinar possível, pois é imprescindível atarmos a narratologia, a história e a antropologia para termos respostas sustentadas de nossa

hipótese. Esta imbricação epistemológica nos levou à necessária construção de metodologia inclusiva na pesquisa acadêmica, com a apresentação de instrumento metodológico que favoreceu à transmissão do conhecimento como um diálogo de saberes e de “memórias”.

Aplicar-se essa metodologia a uma realidade específica, a saber o diálogo entre ciência e saberes de pescadores artesanais do estuário e litoral amazônicos, nos referendou com uma questão social necessária em sintonia com a prática de pesquisa engajada, com vistas à inovação social. Não esqueçamos que esta é uma resposta às necessidades sociais decorrentes de situação desfavorável, com a participação e colaboração dos envolvidos – a saber, os cientistas e os praticantes – propondo-se soluções novas e duradouras para as comunidades (AGOSTINI, VIEIRA, TONDOLO & TONDOLO, 2017).

Por fim, o possível desdobramento deste estudo se encaminha para duas proposições: primeira, a ampliação da aplicação do método a outras realidades que não a Amazônica estuarina, a fim de se testar o alcance e efetividade do instrumento; e segunda, a incorporação do instrumento da Malha de Saberes em metodologias de pesquisa colaborativa. Este tipo de pesquisa implica no exercício da produção de conhecimentos como inclusão de saberes. Esta, para além de um ato metodológico, que é oriundo de outro ato, o epistemológico, implica ao final em um ato político, pois mesmo que a pesquisa não seja apanágio único da universidade, é neste meio que fazer pesquisa se torna a razão da existência e da produção de conhecimento, pois quem “dit connaissance dit pouvoir: le pouvoir de produire les connaissances, le pouvoir de les utiliser et le pouvoir d’influencer la définition des enjeux et la formulation des politiques au moyen des connaissances » (JOHNSON, 2014, p.5).

A partir do reconhecimento que produzir o conhecimento é, ato contínuo, uma ação na sociedade e em suas práticas e valores, podemos trazer à baila o fato da governança da pesquisa, pois a pesquisa colaborativa coloca em cena a partilha de muitos interesses e as consequentes formas de participação entre os atores acadêmicos ou praticantes em povos e comunidades tradicionais: estes últimos já não se bastam como demandas para o estudo dos primeiros, também querem e podem co-produzir os

conhecimentos, por isso a pesquisa colaborativa não deve ser vista somente visando a um produto final, mas como um processo e um bem comum.

A nosso ver a pesquisa colaborativa pode instaurar a solidariedade criativa, conduzindo-nos para a inovação social como estratégia para dar resposta a um problema de ordem social (de intraclasses ou interclasses, de hegemonia e identidade, de práticas de bem estar e bom viver) e que atinge amplos segmentos de grupos em contato, estabelecendo-se a participação e colaboração de disciplinas (interdisciplinaridade) e atores (interculturalidade), amainando-se a noção de propriedade intelectual, para uma maior eficácia da ação, gerando inovações em produtos, serviços, modos de organização, de distribuição, em áreas diversas da sociedade.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; TONDOLO, R. da R. P. & TONDOLO, V. A. G. Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: guia para estudos futuros. **Brazilian Business Review**, vol.14, n. 4, 2017. pp. 385-402. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2017.14.4.2>.

BEGUÁN, V. (coordinación). **Nosotras, presas políticas**. Buenos Aires: Nuestra América, 2012.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

FERNANDES, D. dos S.; FERNANDES, J. G. dos S. Imagens e palavras na escritura da narrativa etnofotográfica: notações metodológicas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 12, n. 1, 2019. pp. 72-89.

FERNANDES, D. dos S.; FERNANDES, J. G. dos S. A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Espaço Ameríndio**, vol. 9, n. 1, 2015. pp. 127-150.

FERNANDES, J. G. dos S. Interculturalidade e Etnossaberes. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, 10(2), 2016. pp. 39-65.

FERNANDES, J. G. dos S. **Pés que andam, pés que dançam**: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (Pa). Belém: EDUEPA, 2011.

FERNANDES, J. G. dos S. Do oral ao escrito: implicações e complicações na transcrição de narrativas orais. **Outros Tempos**, vol. 2, nº 1, 2005. pp. 156-166. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v2i2>.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JOHNSON, M. L. **Les savoirs de la gouvernance communautaire**. Ottawa : Université d'Ottawa, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NASCIMENTO, O. C. do. **Pedagogia do mangue**: Proposta de inclusão de saberes e fazeres dos pescadores artesanais na prática escolar de São Caetano de Odivelas (PA). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, UFPA, Castanhal (PA), Brasil, 2020.

OLIVEIRA, A. M. dos S. **Entre as malhas das redes da pesca artesanal: tecituras de narrativas, saberes e experiências**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, UFPA. Castanhal (PA), Brasil, 2019.

ONG, W. J. **Oralidad y escritura**: tecnologías de la palabra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PORTELLI, A. História oral como gênero. **Projeto História**, vol. 22, nº 1, 2001. pp. 9-36.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. **Historia y narratividad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

SARLO, B. **Tempo do passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, J. M. B. **Gente do estuário: mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, UFPA, Castanhal (PA), Brasil, 2020.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, vol. 15, nº 1, 1997. pp. 51-84.

VIGARELLO, G. O corpo inscrito na história: imagens de um "arquivo vivo". **Projeto História**, São Paulo, (21), nov. 2000. pp. 225-236.